



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEXTO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada ao 2º dia do mês de julho de 2026. Às 15h23min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 2.845/2026 e nº 4.457/26, de autoria do Vereador João do Joaquinho, para esclarecimentos relevantes e sensíveis relacionados à Saúde Pública Municipal. Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0786, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da Audiência Pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta Audiência Pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta Audiência Pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Passou-se para as considerações iniciais. Com a palavra, o Vereador João do Joaquinho afirmou que a Audiência Pública foi convocada para discutir os problemas da Saúde Pública de Juiz de Fora e buscar respostas do Poder Executivo, sem caráter de confronto. Destacou que seu mandato vem acompanhando a situação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e recebendo constantes reclamações de usuários, profissionais e candidatos aprovados em concursos. Contou que a principal preocupação apresentada foi a demora na convocação dos aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, o que, segundo ele, gera insegurança e questionamentos sobre o cumprimento do edital. Também mencionou o encerramento de contratos temporários de profissionais da saúde e a dificuldade de reposição de Médicos, Enfermeiros, Técnicos e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), situação que agrava a sobrecarga das equipes e compromete o atendimento à população, especialmente na área rural. O Vereador ressaltou que a falta de profissionais aumenta filas, atrasa consultas e prejudica o acompanhamento de gestantes, idosos e pacientes com doenças crônicas. Defendeu o fortalecimento da Atenção Básica e cobrou planejamento da Prefeitura para garantir a convocação dos aprovados e a continuidade dos serviços. Ao final, reafirmou que seu papel como Vereador é fiscalizar a Administração Pública e defender os interesses da população. Manifestou a expectativa de que a audiência resulte em respostas concretas e em medidas para melhorar a assistência à saúde no Município. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado destacou a importância desta Audiência Pública por tratar da saúde, tema diretamente relacionado à vida da população. Ressaltou que a maioria dos cidadãos depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) e reconheceu que a Saúde Pública do Município enfrenta dificuldades. Afirmou que não atribuiu (atribui) responsabilidade exclusiva aos Gestores da Secretaria de Saúde, argumentando que a redução de recursos destinados à Saúde compromete a capacidade de oferecer um atendimento de qualidade. Defendeu o fortalecimento da Atenção Primária, especialmente por meio da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, considerados fundamentais para a prevenção de doenças e o acompanhamento das famílias. Manifestou preocupação com relatos de remanejamento de Agentes Comunitários para outras regiões, o que, segundo ele, pode prejudicar o vínculo desses profissionais com as comunidades onde atuam. Solicitou esclarecimentos do Secretário de Saúde sobre a situação e alertou para a necessidade de manter os cadastros da Atenção Básica atualizados, condição indispensável para garantir o repasse de recursos federais. Além disso, relatou problemas na Regional Leste, onde usuários do SUS enfrentam dificuldades para acessar atendimento especializado e realizar exames de raio-X devido à falta de profissionais, o que obriga alguns pacientes a custearem exames particulares. Por fim, afirmou que o objetivo de suas colocações é contribuir para a melhoria dos serviços de Saúde e solicitou respostas da Secretaria de Saúde sobre as medidas que serão adotadas para fortalecer a Atenção Básica, preservar os recursos federais e melhorar o atendimento à população. Com a palavra, a Senhora Nilza Rocha de Souza, Diretora do



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

Sindicato dos Enfermeiros de Minas Gerais, Conselheira Municipal de Saúde e Enfermeira da Atenção Primária há 24 anos, destacou que o diálogo é fundamental para o fortalecimento do SUS e elogiou a realização da audiência pública como espaço para esse debate. Ao abordar os desafios da Atenção Primária, afirmou que muitas unidades enfrentam insuficiência de profissionais, o que leva Enfermeiros a assumirem funções administrativas, de recepção e de farmácia, afastando-os de suas atribuições assistenciais e de gestão. Segundo ela, esse desvio de função compromete a qualidade do atendimento e o cumprimento das metas da Atenção Primária e gera insatisfação entre os usuários. Chamou atenção para a importância da atualização dos cadastros da população, especialmente após a mudança do modelo de financiamento da Atenção Primária. Explicou que a falta de atualização dos cadastros e a ausência de Agentes Comunitários de Saúde prejudicam a contabilização dos atendimentos e, consequentemente, o repasse de recursos federais ao Município. Questionou a Secretaria de Saúde sobre o número de cadastros ativos e atualizados no sistema e sobre a integração entre os sistemas informatizados utilizados pelo Município e o e-SUS APS, ressaltando a necessidade de garantir que todos os atendimentos sejam devidamente registrados e validados pelo Ministério da Saúde. Como Conselheira Municipal de Saúde, informou que o primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) aponta o cumprimento de apenas 53,7% das metas da Saúde Municipal. Diante desse resultado, defendeu a revisão da qualidade dos registros e dos processos de transmissão das informações. Solicitou esclarecimentos sobre o planejamento da Prefeitura para reduzir a precarização dos vínculos de trabalho, ampliar o quadro de profissionais e realizar novos concursos públicos. Ressaltou que os trabalhadores da saúde não podem ser responsabilizados isoladamente pelos resultados alcançados, defendendo equipes completas, sistemas de informação eficientes e melhores condições de trabalho para fortalecer a Atenção Primária, responsável por resolver a maior parte das demandas de saúde da população. Com a palavra, a Senhora Rita Duque de Souza, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Sindace), afirmou que a Saúde Pública não funciona sem a contratação de Agentes de Saúde, destacando que esses profissionais são essenciais para a Atenção Básica e para a prevenção de doenças. Segundo ela, embora a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 priorize o fortalecimento da Atenção Primária, não há previsão de recursos para a contratação de novos Agentes. Informou que o próprio Município reconhece um déficit de aproximadamente 400 Agentes Comunitários de Saúde, apesar de existir autorização do Ministério da Saúde para um número maior de profissionais. Disse que a falta desses trabalhadores resulta em áreas sem visitas domiciliares, gestantes sem acompanhamento, idosos sem monitoramento e dificuldades na identificação precoce de doenças e focos de Dengue, o que aumenta a demanda por atendimentos de urgência e internações. A Presidente do Sindace argumentou que os recursos para contratação já estão garantidos pela União, por meio do financiamento do piso salarial da categoria, e que a Emenda Constitucional nº 120 retirou essas despesas do limite de gastos com pessoal dos municípios. Assim, afirmou que o principal obstáculo é a falta de decisão política, e não a ausência de recursos. Defendeu o cumprimento da legislação e das normas do Ministério da Saúde, reforçando que a contratação de Agentes Comunitários representa um investimento na prevenção e na eficiência da Saúde Pública. Também solicitou o apoio dos Vereadores para fortalecer esse debate e ampliar o quadro de profissionais no Município. Com a palavra, o Senhor Luiz Carlos Barbosa, líder comunitário do Parque das Águas e membro do Conselho Municipal de Saúde, agradeceu a realização da audiência pública e afirmou que seu objetivo é apresentar as demandas da população, sem ofender ou responsabilizar individualmente qualquer pessoa. Destacou que a Saúde Pública de Juiz de Fora enfrenta uma grave crise, marcada pela falta de investimentos e pela escassez de profissionais em todos os níveis de atendimento. Disse que a principal dificuldade é a ausência de concursos públicos para a área da Saúde. Criticou a utilização de contratos temporários por meio de processos seletivos, argumentando que a alta rotatividade de profissionais prejudica a continuidade do atendimento, uma vez que trabalhadores que



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

já conhecem as comunidades são substituídos ao término dos contratos. Falou que há déficit de Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, Agentes Comunitários de Saúde, Agentes de Combate às Endemias e outros profissionais, comprometendo o funcionamento das unidades de Saúde. Defendeu a realização de concursos públicos para garantir equipes estáveis e qualificadas. Durante sua manifestação, criticou a condução da política de recursos humanos da Saúde Municipal e relatou que o Conselho de Saúde aguarda respostas da Administração sobre o tema. Também ressaltou que os Conselheiros de Saúde atuam de forma voluntária e, muitas vezes, sem o devido reconhecimento ou escuta por parte do Poder Público. Ao final, dirigiu um apelo à Prefeita para que adote providências diante dos problemas enfrentados pela Saúde Pública do Município. Afirmou que, caso não haja avanços, continuará mobilizando a comunidade e recorrendo aos meios de comunicação para dar visibilidade às reivindicações da população. Com a palavra, o Senhor Ivan Pereira Furtado, Presidente do Conselho Local de Saúde da Região Sul, afirmou que a comunidade reivindica, há cerca de dez anos, a realização de concursos públicos para a contratação de Médicos e demais profissionais da saúde. Segundo ele, a substituição de Servidores por contratos temporários compromete a continuidade do atendimento nas UBS. Relatou que Médicos contratados são frequentemente remanejados para outras unidades e, ao término dos contratos, deixam de atender a população, interrompendo o acompanhamento dos pacientes. Também mencionou dificuldades relacionadas a um Médico efetivo da UBS do Cruzeiro do Sul, cuja ausência frequente, segundo ele, afeta o atendimento à comunidade. O Conselheiro chamou atenção para a falta recorrente de medicamentos destinados principalmente a pacientes com Hipertensão e Diabetes, afirmando que muitos usuários do SUS não têm condições de adquirir os remédios por conta própria. Por fim, destacou o déficit de Agentes Comunitários de Saúde na região do Graminha e Cruzeiro do Sul. Informou que, embora a população da área justifique a atuação de pelo menos cinco equipes, apenas um Agente Comunitário está em atividade, situação que dificulta o cadastramento da população e o acompanhamento de idosos, pacientes acamados e demais moradores. Diante do crescimento populacional da região, solicitou à Secretaria de Saúde o reforço das equipes de Agentes Comunitários de Saúde. Com a palavra, o Senhor Luiz Fernando Sirimarco, Conselheiro Local de Saúde de Manoel Honório, manifestou apoio às discussões da audiência pública, destacando a preocupação com a falta de profissionais na Rede Municipal de Saúde. Disse que a comunidade aguardou cerca de 40 anos pela implantação da UBS de Manoel Honório, inaugurada recentemente, mas que a unidade já enfrenta os mesmos problemas observados em outras UBS do Município, especialmente relacionados ao quadro de pessoal. Segundo o Conselheiro, a alta rotatividade de profissionais e a insegurança dos trabalhadores quanto à efetivação de seus vínculos prejudicam o funcionamento da unidade e dificultam a tomada de decisões necessárias ao atendimento da população. Ressaltou sua experiência na gestão de recursos humanos da Prefeitura de Juiz de Fora, onde atuou em cargos ligados à administração de pessoal, recrutamento e gestão de equipes na área da saúde. Com base nessa experiência, afirmou compreender os desafios enfrentados pela Administração Pública, mas defendeu a adoção de medidas para minimizar a instabilidade dos profissionais. Ao final, reforçou seu apoio às reivindicações apresentadas na audiência e afirmou que a situação dos recursos humanos na Saúde Municipal é preocupante, defendendo a busca de soluções para fortalecer as equipes e melhorar o atendimento à população. Com a palavra, a Senhora Geralda Maria de Paiva, Conselheira Local de Saúde, moradora do Parque das Águas, relatou problemas estruturais na unidade de Saúde do Monte Castelo, com foco nas condições precárias dos ventiladores do local. Segundo ela, há equipamentos danificados com risco de queda, o que coloca em perigo tanto funcionários quanto pacientes, além de outros ventiladores estarem sem hélices, impossibilitando o uso. A Conselheira afirmou que já havia feito a mesma reclamação há anos, inclusive desde o período em que trabalhava como Gari, sem que o problema fosse resolvido. Disse que continuará cobrando providências até que a situação seja corrigida. Por fim, reforçou que os próprios Servidores improvisam com ventiladores pessoais para amenizar o desconforto e



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

agradeceu a oportunidade de fala na audiência. Com a palavra, o Senhor Willian Cirilo, Conselheiro Municipal de Saúde da Região Nordeste, afirmou que sua fala busca evitar repetições, destacando que já foi contemplado por outras intervenções na audiência. Ressaltou que, ao longo de cerca de 25 anos de atuação no Conselho Municipal de Saúde, acompanhou diferentes gestões e identificou que os problemas da Saúde Pública são históricos, principalmente relacionados à falta de recursos e à descontinuidade administrativa. O Conselheiro enfatizou a importância da Atenção Primária e do Programa Saúde da Família como porta de entrada do SUS, defendendo que os problemas devem ser observados "na ponta", onde a população é atendida. Criticou a prática de terceirização e contratos temporários, afirmando que a rotatividade de profissionais prejudica a criação de vínculos com a comunidade e compromete a continuidade do cuidado. Segundo ele, a substituição frequente de profissionais impede que as equipes conheçam adequadamente os usuários e as realidades das famílias atendidas nas unidades de Saúde. Também mencionou a falta de Agentes Comunitários de Saúde em diversas unidades, o que prejudica o funcionamento da rede. Por fim, reforçou que não busca apenas criticar a Gestão atual, mas propor a união de esforços entre conselhos, Vereadores e Administração Pública para melhorar o sistema de Saúde de Juiz de Fora, especialmente na Estratégia Saúde da Família. Com a palavra, a Senhora Tereza Cristina Eiterer, Conselheira Regional de Saúde da região do Borboleta/Santos Dumont/São Pedro, Presidente do Conselho Local de Saúde do Bairro Borboleta e representante da Região Sanitária A9, afirmou que a situação da Saúde Pública no Município é grave e que o problema vai além da prorrogação de editais de contratação, envolvendo principalmente a condução da política de recursos humanos. Questionou a falta de planejamento da Gestão, argumentando que os contratos tinham data de encerramento conhecida e que, mesmo assim, o novo processo seletivo não foi iniciado em tempo adequado. Completou que essa falha gera insegurança aos trabalhadores e prejudica a continuidade do atendimento à população, comprometendo a Atenção Primária. A Conselheira defendeu que a saúde não pode funcionar com improvisos e rotatividade constante de profissionais, destacando a necessidade de estabilidade das equipes e planejamento adequado. Reforçou ainda que a ausência de profissionais compromete diretamente o funcionamento das unidades básicas e do Programa Saúde da Família. Cobrou respostas objetivas da Secretaria de Saúde, como prazos para novo processo seletivo, andamento das etapas e medidas para evitar a repetição dos problemas. Defendeu a realização de concursos públicos como solução mais adequada para garantir estabilidade e eficiência no sistema. Falou da importância de uma política permanente de valorização dos trabalhadores da saúde e afirmou que o controle social, exercido pelos conselhos e pela Câmara, deve garantir transparência e responsabilidade na Gestão Pública, com o objetivo de assegurar uma Saúde Pública organizada, planejada e eficiente para a população de Juiz de Fora. Com a palavra, o Senhor Francisco Fernando, Presidente do Conselho Local de Saúde do Manoel Honório, afirmou que a principal preocupação da comunidade é a alta dependência de profissionais contratados na UBS recém-inaugurada, o que gera insegurança sobre a continuidade dos serviços. Disse que a unidade foi inaugurada em dezembro e muitos contratos têm término previsto para novembro, o que pode comprometer o funcionamento, já que apenas dois dos oito médicos seriam efetivos. Comunicou que a falta de estabilidade dos contratos causa insatisfação entre os profissionais e preocupação na comunidade, que teme a interrupção do atendimento. Defendeu a necessidade de prorrogação dos contratos enquanto não há reposição adequada. Citou a demora na realização de concursos públicos, argumentando que processos seletivos temporários não resolvem o problema estrutural da saúde. Defendeu também a realização de concurso público para Médicos, Enfermeiros e demais profissionais, como forma de garantir continuidade e estabilidade no atendimento. Disse que sua fala repete preocupações já levantadas por outros participantes e agradeceu a oportunidade de manifestação. Passou-se para os inscritos do público. Com a palavra, o Senhor Marcelo Borges Vieira, Diretor do Conselho Local de Saúde da Região Sul, afirmou que não repetirá as falas anteriores, mas destacou a necessidade de respostas concretas sobre a situação dos profissionais



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

contratados na saúde. Lembrou que o tema já foi discutido em audiência pública anterior e que foi sugerida a possibilidade de renovação dos contratos de Médicos para que permanecessem nas mesmas UBS, garantindo continuidade no atendimento. Segundo ele, a troca frequente de profissionais prejudica a Atenção Primária, pois cada novo Médico precisa novamente conhecer a realidade das famílias, interrompendo o vínculo e a continuidade do cuidado. Defendeu que, se não for possível manter a renovação dos contratos, o Município deve realizar concursos públicos para assegurar a permanência dos profissionais nas unidades de Saúde. Questionou se a responsabilidade sobre a gestão desses contratos é municipal, estadual ou federal, buscando entender os limites de atuação e possíveis soluções legais para o problema. Reforçou que a Atenção Primária à Saúde da Família depende da estabilidade das equipes. Com a palavra, a Senhora Paula Assunção, Advogada e Conselheira da Mulher, disse que reuniu relatos de diversas comunidades sobre a situação da Saúde Pública, destacando problemas generalizados em UBS, UPAs e hospitais, especialmente relacionados à sobrecarga de trabalho e à falta de profissionais. Falou da importância dos Agentes Comunitários de Saúde como elo essencial entre as famílias e o sistema de Saúde, mas apontou dificuldades na continuidade desses serviços devido à prorrogação de contratos e à instabilidade dos vínculos de trabalho. Também mencionou problemas enfrentados por trabalhadores terceirizados, incluindo queixas de atrasos salariais. Chamou atenção para notícias sobre possíveis atrasos ou falhas na liberação de recursos e emendas parlamentares destinadas à Saúde do Município, além de destacar a judicialização crescente de casos de internação e leitos, refletindo a dificuldade de acesso ao sistema de Saúde. Afirmou que o cenário indica uma "agonização" do sistema de Saúde e defendeu que a audiência pública deve servir como instrumento de diagnóstico e fiscalização. Sugeriu a necessidade de levantar dados concretos sobre unidades com equipes incompletas, filas de atendimento, número de profissionais em contratos temporários e tempo de espera por consultas especializadas, para orientar ações efetivas do Legislativo e do Executivo. Com a palavra, a Senhora Leila Dornelas, Conselheira do Sindace e Agente Comunitária de Saúde, destacou a sobrecarga da rede de saúde mental no Município, com foco nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Explicou que os Caps estão atendendo uma quantidade muito maior de bairros do que o ideal, com equipes reduzidas, o que faz com que um único Psiquiatra e poucos profissionais atendam demandas de 6 a até 18 bairros, comprometendo a qualidade do atendimento. Ela afirmou que, na prática, muitos pacientes de saúde mental acabam sendo acompanhados pelas equipes da Atenção Primária, mesmo sem especialização adequada, já que o acesso aos Caps é restrito aos casos mais graves. Criticou esse modelo, apontando que ele sobrecarrega os Médicos das UBS e não atende de forma adequada a população com sofrimento psíquico. Relatou experiências do cotidiano como Agente Comunitária de Saúde, mencionando o impacto emocional do trabalho diante de situações de vulnerabilidade social e sofrimento dos pacientes, como desemprego e doenças não tratadas, exemplificando o caso de uma usuária que aguarda cirurgia de Catarata e enfrenta dificuldades sociais e de saúde. Afirmou que a saúde mental da própria população e dos profissionais está abalada, em razão da falta de recursos humanos e da estrutura insuficiente do SUS. Defendeu que o problema é histórico, não restrito a uma única gestão, e reforçou a necessidade de mais profissionais, especialmente Psicólogos e Psiquiatras. Por fim, pediu posicionamento da Secretaria de Saúde e apoio dos Vereadores na fiscalização, ressaltando que a população depende exclusivamente do SUS e que o acesso a atendimento especializado em saúde mental é insuficiente diante da demanda atual. Com a palavra, o Senhor Fábio de Oliveira Magalhães representante dos aprovados no concurso de ACS, questionou a justificativa apresentada pela Prefeitura de que a ausência de contratações estaria relacionada à falta de liberação de vagas pelo Governo Federal. Segundo ele, os aprovados obtiveram uma resposta oficial do Ministério da Saúde informando que a contratação dos Agentes Comunitários é de responsabilidade do Município e que o financiamento Federal ocorre após a contratação e o cadastramento dos profissionais no sistema oficial. Diante dessa informação, cobrou transparência da Administração Municipal e pediu esclarecimentos sobre o



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

motivo pelos quais centenas de áreas permanecem sem cobertura de ACS e por que candidatos aprovados dentro do número de vagas ainda não foram nomeados. Entregou o documento recebido do Ministério da Saúde aos Vereadores, solicitando que a informação seja encaminhada à Secretaria de Saúde para análise e esclarecimentos. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado retomou uma questão apresentada anteriormente sobre a realização de exames de raio-X nas unidades de Saúde. Ele esclareceu que precisa corrigir sua fala inicial, pois recebeu a informação de que o paciente havia conseguido realizar o exame, mas não recebeu o resultado físico para levar ao profissional responsável pela avaliação. Diante disso, solicitou à Secretaria de Saúde que verifique a possibilidade de disponibilizar o acesso aos exames de raio-X de forma física ou digital, como por meio de aplicativo ou WhatsApp, permitindo que os pacientes tenham o resultado em mãos e evitando a necessidade de buscar alternativas fora da Rede Pública. Com a palavra, o Secretário de Saúde Jonathan Ferreira Tomaz iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacou a complexidade da gestão do SUS, ressaltando seu compromisso com a Saúde Pública e sua experiência na área. Em resposta aos questionamentos apresentados, afirmou que a gestão da Prefeita Margarida Salomão realizou o maior investimento da História do Município na Saúde, com mais de R\$ 540 milhões de recursos próprios no último ano, embora reconheça que as demandas da população continuam crescendo. Informou que o Município busca ampliar o financiamento com os Governos Estadual e Federal, respeitando os limites impostos pela legislação fiscal. Sobre os Agentes Comunitários de Saúde, explicou que há interesse na ampliação do quadro, mas que novas contratações dependem da ampliação do financiamento federal e da disponibilidade orçamentária. Esclareceu ainda que não houve alteração dos territórios de atuação dos Agentes, apenas reorganização territorial decorrente do crescimento da cidade. Em relação aos serviços de Saúde, informou que a Regional Leste funciona como unidade de urgência e emergência, contando com Médicos Clínicos, sendo os casos que demandam Ortopedistas encaminhados para hospitais de referência. Destacou também a ampliação das equipes da Estratégia Saúde da Família durante a atual Gestão. Afirmou que os sistemas de informação da Secretaria estão em funcionamento, que os cadastros são atualizados regularmente e que o Município utiliza ferramentas do Ministério da Saúde para aprimorar a gestão territorial. Na área da vigilância em saúde, destacou que Juiz de Fora apresenta o melhor cenário epidemiológico dos últimos anos, com baixo número de casos confirmados de Dengue em comparação a outros municípios. Sobre a assistência farmacêutica, explicou que o fornecimento de medicamentos é de responsabilidade compartilhada entre União, estado e Município, reconhecendo a ocorrência de faltas pontuais de medicamentos sob responsabilidade estadual. Quanto à saúde mental, esclareceu que os CAPS funcionam em regime de porta aberta para pacientes com transtornos mentais graves, integrando a Rede de Atenção Psicossocial, e que os demais casos devem ser inicialmente acompanhados pela Atenção Primária. Informou que a regulação dos leitos hospitalares passou a ser responsabilidade do Governo de Minas Gerais, limitando a interferência direta do Município nas internações, e destacou que as filas de espera para consultas e procedimentos são públicas e podem ser consultadas no Portal da Transparência. Ao final, reafirmou o compromisso da Secretaria Municipal de Saúde com o fortalecimento do SUS, ressaltando que a Gestão permanece aberta ao diálogo e aos esclarecimentos necessários, sempre pautada pelo interesse coletivo. O Presidente em exercício André Luiz Vieira informou que se reunirá com a interessada para dialogar sobre a situação apresentada, frisando que também possuía (possui) interesse em compreender de forma mais aprofundada a questão da saúde mental no Município. Acrescentou que intermediará as demandas apresentadas ao Secretário competente e assegurou que dará a devida atenção ao tema, considerando a relevância da saúde mental para o Município. Com a palavra, o Secretário de Recursos Humanos Matheus Jacometti Masson informou que foram apresentadas diversas demandas e questionamentos, muitos deles repetidos por diferentes participantes. Por esse motivo, esclareceu que responderá aos temas de forma conjunta. Inicialmente, destacou que várias das



2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

informações apresentadas pelo Secretário Jonathan Ferreira Tomaz complementar sua manifestação. Em relação aos ACS, informou que o concurso público, cuja validade se encerraria em 11 de junho de 2026, havia sido prorrogado até 26 de junho de 2028, por ato publicado em 11 de junho. Explicou que as demandas pontuais apresentadas referentes aos ACS estão sendo tratadas com base nesse concurso vigente, permitindo que as necessidades apontadas sejam atendidas. Na sequência, abordou o questionamento referente à renovação dos contratos oriundos de processos seletivos para Médicos e Enfermeiros que atuam nas UBS. Esclareceu que essa demanda é recorrente tanto na Secretaria de Recursos Humanos quanto na Secretaria de Saúde, especialmente em razão da necessidade de permanência desses profissionais nas unidades. Contudo, explicou que a legislação não permite a renovação do contrato temporário por mais um ano, uma vez que sua natureza é estritamente temporária. Assim, após o período legalmente previsto, outro profissional deve assumir a vaga, sob pena de descaracterizar o caráter temporário da contratação. Acrescentou que compreende a preocupação quanto à continuidade do atendimento, sobretudo porque, em alguns casos, Médicos e Enfermeiros deixam as UBS para atuar em unidades de urgência e emergência ou em outros serviços da Rede Municipal de Saúde. Entretanto, reiterou que, independentemente dessa situação, a prorrogação dos contratos temporários além do limite legal não é permitida. Em relação aos processos seletivos, informou que os Editais nº 506 e nº 507 foram prorrogados, pois ainda há candidatos aprovados aptos à convocação e demanda por profissionais nas UBS. Relatou que, nos dois meses anteriores, foram contratados 114 profissionais para atuação nas UBS, utilizando-se os candidatos remanescentes desses processos seletivos. Informou, ainda, que a Secretaria de Recursos Humanos prevê a publicação de novos editais até o final do mês de julho para as categorias cujos processos seletivos já não podem mais ser prorrogados. Citou, como exemplo, os cargos de Enfermeiro e Auxiliar de Enfermagem, esclarecendo que a abertura de novos processos seletivos é necessária para atender às demandas encaminhadas pela Secretaria de Saúde. Por fim, esclareceu que a renovação diz respeito ao processo seletivo, e não às contratações. Explicou que os processos seletivos possuem prazo de vigência determinado, podendo ser prorrogados apenas dentro dos limites previstos em lei. Após o encerramento desse prazo, torna-se obrigatória a abertura de um novo processo seletivo, possibilitando a convocação de novos profissionais para o preenchimento das vagas autorizadas pela Secretaria de Saúde. Ao concluir sua manifestação, colocou-se à disposição para prestar eventuais esclarecimentos adicionais. Com a palavra, o Vereador Sargento Mello Casal criticou a condução da Administração Municipal, afirmando que diversos segmentos da sociedade estão sendo omissos diante da atual situação da Saúde Pública. Relatou sua participação em reunião do Conselho Municipal de Saúde, ocasião em que acompanhou discussões sobre o remanejamento de recursos destinados à Saúde, afirmando que já havia alertado anteriormente para as consequências dessas decisões. Manifestou preocupação com a falta de Médicos e demais profissionais nas unidades de Saúde, atribuindo esse cenário à ausência de contratações e aos remanejamentos orçamentários realizados pela Administração Municipal. Também alegou que emendas parlamentares destinadas à área da Saúde permanecem sem execução. Prosseguindo, citou a gestão financeira do Município, afirmando que a população usuária do SUS é a principal prejudicada. Declarou que vinha alertando, desde a legislatura anterior, para os riscos decorrentes dos sucessivos remanejamentos orçamentários e lamentou a ausência, na audiência pública, de representantes da sociedade civil e de integrantes do Conselho Municipal de Saúde, que, segundo ele, costumavam participar dos debates. Solicitou que os recursos destinados à Saúde permaneçam sob a gestão da Secretaria Municipal de Saúde e dos órgãos técnicos competentes, defendendo a ampliação das contratações de profissionais e reiterando sua preocupação com a situação da Saúde Pública no Município. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado falou que a realidade da Saúde Pública percebida por ele é diferente daquela apresentada durante a audiência. Agradeceu ao Secretário de Recursos Humanos pelos esclarecimentos prestados e registrou o compromisso de que os usuários passariam a poder solicitar cópia de seus



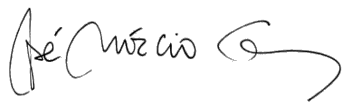
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

exames de raio-X nas unidades de Saúde. Comentou dados divulgados sobre os investimentos municipais na Saúde, afirmando que, apesar do aumento dos valores nominais destinados à área, o percentual do orçamento aplicado diminuiu nos últimos anos, o que, em sua avaliação, reflete na dificuldade de acesso da população a consultas, exames e demais serviços do SUS. Defendeu que os recursos públicos priorizem a valorização dos profissionais da saúde, a ampliação das contratações efetivas e a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população. Também questionou a política de contratação de profissionais por meio de pessoas jurídicas, indagando sobre os critérios adotados pela Administração Municipal e defendendo a realização de concursos públicos e contratações efetivas. Reiterou que a Saúde deve ser tratada como prioridade pela Administração Municipal, com maior investimento na assistência à população e na valorização dos Servidores da área. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Vereador João do Joãozinho reconheceu o empenho e a dedicação do Secretário de Saúde Jonathan, destacando sua trajetória técnica e o atendimento prestado às demandas encaminhadas por seu gabinete. Contudo, afirmou que, apesar dos esclarecimentos apresentados, os resultados esperados pela população ainda não foram alcançados. O Vereador ressaltou que a realidade vivenciada pelos usuários da Rede Municipal de Saúde é diferente daquela exposta durante a audiência, mencionando a sobrecarga de trabalho nas UBS, a dificuldade de acesso às consultas, aos exames e aos atendimentos especializados, além da necessidade de adoção de novas estratégias para enfrentar a situação. Defendeu que a Administração Municipal busque alternativas para ampliar os recursos destinados à Saúde e aprimorar a gestão do setor, inclusive por meio de articulação com outras esferas de Governo. Também mencionou casos relatados por moradores e experiências vivenciadas em seu trabalho social, afirmando que as dificuldades enfrentadas pela população evidenciam a necessidade de medidas mais efetivas. Disse que a audiência pública demonstrou a existência de problemas que ainda demandam soluções concretas, reiterando seu compromisso com a busca de melhorias para a Saúde Pública do Município e destacando a importância de ações que resultem em benefícios efetivos para a população. Pela ordem, o Vereador Maurício Delgado disse que respeita a manifestação do Vereador João do Joãozinho, mas discordou da afirmação de que Servidores da Saúde atendem a população de forma inadequada ou com falta de educação. Falou que os profissionais realizam seu trabalho dentro das condições disponibilizadas pela Administração, muitas vezes enfrentando falta de estrutura e de insumos para atender aos usuários. Defendeu a valorização dos Servidores da Saúde, afirmando que, com melhores condições de trabalho, os profissionais poderiam oferecer um atendimento ainda mais digno à população. Ao finalizar, destacou que a discussão envolve vidas e solicitou que, nos debates orçamentários futuros, os recursos destinados à Saúde sejam efetivamente utilizados na área, garantindo melhores condições de gestão à Secretaria de Saúde e à prestação dos serviços públicos. O Presidente em exercício André Luiz Vieira esclareceu que compreendeu a manifestação do Vereador João do Joãozinho como uma crítica relacionada às condições de trabalho oferecidas aos Servidores da Saúde, e não como uma crítica direta aos profissionais. Disse que, diante da sobrecarga, da falta de suporte e das dificuldades enfrentadas diariamente, os Servidores reagem de forma diferente da esperada durante o atendimento à população. Ressaltou, contudo, a importância dos profissionais da saúde e reconheceu que, muitas vezes, eles são submetidos a situações extremas ao absorverem diretamente os problemas enfrentados pelo sistema de Saúde Municipal. Com a palavra, o Secretário de Saúde Jonathan Ferreira agradeceu a oportunidade de diálogo e destacou a importância de debates realizados de forma respeitosa, com foco na discussão de ideias e na busca por soluções, e não em questões pessoais. Disse que a Secretaria de Saúde permanece à disposição dos Vereadores para dar continuidade às pautas apresentadas, analisando cada demanda individualmente, com o objetivo de buscar melhorias e benefícios diretos para a população. Agradeceu a participação de todos. Pela ordem, o Vereador João do Joãozinho considerou insuficientes os esclarecimentos apresentados pelo Secretário Jonathan, destacando que algumas

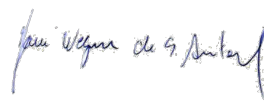


2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 02/07/2026 ATA APROVADA

questões levantadas durante a audiência não foram devidamente respondidas. Manifestou preocupação com a continuidade dos problemas enfrentados pela Saúde Municipal e sugeriu a realização de uma nova audiência ou reunião para apresentação de avanços e resultados concretos. Ressaltou que a responsabilidade pela gestão cabe ao Poder Executivo, enquanto à Câmara Municipal compete fiscalizar e cobrar melhorias. Reconheceu a participação dos Vereadores, Conselheiros e demais presentes, afirmando que todos apresentaram suas preocupações em defesa da população. Pediu ao Secretário de Saúde atenção especial às demandas apresentadas, especialmente relacionadas às contratações e às dificuldades enfrentadas pelos usuários dos serviços públicos de Saúde. O Presidente em exercício André Luiz Vieira disse que, em razão da relevância do tema, já agendou nova audiência pública para o dia 7 de julho, com abordagem específica sobre a regulação na área da saúde. Disse que o Secretário será novamente convocado para prestar esclarecimentos na Câmara Municipal e que, até a realização da próxima audiência, serão buscados encaminhamentos e articulações relacionados aos assuntos debatidos. Informou, ainda, que realizará visita ao Caps para conhecer a realidade do serviço e dialogar sobre as demandas apresentadas. O Presidente em exercício André Luiz Vieira explicou a ausência do Vereador Dr. Antônio Aguiar por motivo de falecimento de familiar. Informou, ainda, que a ausência do Vereador Dr. Marcelo Condé e a saída do Presidente Zé Márcio Garotinho foram por conta de compromisso previamente agendado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente em exercício André Luiz Vieira encerrou a audiência pública às 17h48min. Estiveram presentes: Secretário de Saúde Jonathan Ferreira; Secretário de Recursos Humanos Matheus Jacometti Masson; Subsecretária de Atenção à Saúde Marcilene Chaves; Subsecretária de Vigilância em Saúde Louise Cândido; Subsecretária de Regulação Karina Fabre; Presidente do Conselho de Saúde do Manoel Honório Francisco Fernando; Conselheira Regional de Saúde da região do Borboleta, Santos Dumont e São Pedro Tereza Cristina Eiterer; Conselheiro Municipal de Saúde da Região Nordeste Willian Cirilio; Conselheira Local de Saúde do Monte Castelo Geralda Maria de Paiva; Conselheiro Local de Saúde do Manoel Honório Luiz Fernando Sirimarcos; Presidente do Conselho Local de Saúde da Região Sul Ivan Pereira Furtado; líder comunitário do Parque da Águas e Membro do Conselho Municipal de Saúde Luiz Carlos Barbosa; Diretora do Sindicato dos Enfermeiros de Minas Gerais Nilza Rocha de Souza; e Presidente do Sindace Rita Duque. Compareceram os Vereadores: André Luiz Vieira da Silva (André Luiz Vieira) Aparecida de Oliveira Pinto (Cida Oliveira), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), João Evangelista de Almeida (João do Joaninho), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Kátia Aparecida Franco (Kátia Franco), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira) e Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado). Para constar, Wanderson Barra da Silva, Assessor Consultivo Legislativo, lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 26 de agosto de 2026.



José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal



João Wagner de Siqueira Antoniol
1º Secretário

